

O USO DE VÍDEOS NA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS SURDOS

The use of videos in communication and education of deaf individuals

Meire Borges de Oliveira Silva 

Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (2025). Graduada em Educação Artística com habilitação em Música pela Universidade Federal de Goiás (2000) e em Pedagogia pela Universidade Evangélica de Goiás (1995). Especialista em Educação Inclusiva (2005) e em Língua Brasileira de Sinais Libras (2016). Atualmente, é professora na Secretaria da Educação do Estado de Goiás e na Universidade Evangélica de Goiás UniEVANGÉLICA. E-mail: meiresilva2611@hotmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 4 n. 2, 2025.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 17/03/2025

Aprovado em: 19/08/2025

DOI: <http://doi.org/10.5281/zenodo.17726579>

Resumo

Este estudo tem como tema o uso de vídeos na comunicação e educação dos surdos. O objetivo é destacar a importância do uso de vídeos como recurso de comunicação e educação para pessoas surdas. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, investiga como esse grupo, historicamente excluído devido a barreiras comunicacionais e preconceitos, tem conquistado direitos fundamentais, como o reconhecimento legal da Língua de Sinais e o acesso à escolarização em sua própria língua. Durante muito tempo, pessoas surdas foram vistas como incapazes de exercer sua cidadania, sendo forçadas a adaptar-se à oralidade para alcançar aceitação social. Com os avanços tecnológicos e a disseminação de recursos digitais, especialmente vídeos em plataformas e aplicativos, surgem novas possibilidades de mediação do conhecimento e acesso à informação. Esses materiais audiovisuais favorecem não apenas a acessibilidade, mas também a inclusão social e escolar ao permitirem a tradução de conteúdos didáticos, literários e informativos, respeitando a visualidade inerente à cultura surda. O estudo reafirma, assim, o potencial dos vídeos como ferramentas inclusivas no processo educacional e comunicativo.

Palavras - chave: Comunidade surda. Educação. Línguas de sinais. Tecnologia. Vídeos em libras.

Abstract

This study focuses on the use of videos in the communication and education of deaf individuals. The aim is to highlight the importance of using videos as a communication and educational resource for the deaf community. This research, of a bibliographic and documentary nature, investigates how this group—historically excluded due to communication barriers and prejudice—has achieved fundamental rights such as the legal recognition of Sign Language and access to education in their own language. For a long time, deaf people were viewed as incapable of exercising their citizenship and were forced to adapt to oral language in order to gain social acceptance. With technological advances and the spread of digital resources, especially videos on platforms and apps, new possibilities for mediating knowledge and accessing information have emerged. These audiovisual materials promote not only accessibility but also social and educational inclusion by enabling the translation of educational, literary, and informational content, while respecting the visual nature inherent to deaf culture. Thus, the study reaffirms the potential of videos as inclusive tools in the educational and communicative process.

Keywords: Deaf community. Education. Sign languages. Technology. Videos in Brazilian Sign Language (Libras).

INTRODUÇÃO

O uso de vídeos como recurso pedagógico e meio de comunicação para pessoas surdas tem ganhado destaque nas práticas inclusivas. Embora sejam visuais e de fácil acesso, é necessário refletir sobre as condições em que realmente promovem acessibilidade e contribuem de forma efetiva para a educação e interação desse público.

Este estudo aborda o uso de vídeos na educação e comunicação de surdos, temática relevante, considerando que esse recurso visual tem se mostrado amplamente acessível na atualidade. Tal característica favorece a mediação do conhecimento e da informação, especialmente para quem se comunica predominantemente por meio de elementos visuais, como é o caso das pessoas surdas.

Diante disso, surge uma questão central: como os vídeos podem se configurar como uma ferramenta eficaz para a comunicação e o processo educativo de indivíduos surdos, respeitando suas especificidades linguísticas e culturais?

O objetivo geral deste estudo é evidenciar a importância do uso de vídeos como ferramenta eficaz na comunicação e educação de pessoas surdas. De forma complementar, busca-se analisar como esses recursos audiovisuais contribuem para a promoção da acessibilidade comunicacional, bem como reconhecer sua relevância no processo educativo, considerando as particularidades linguísticas e culturais desse grupo.

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, complementada pela análise documental. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Com base nessa perspectiva, foram

consultados livros, periódicos e artigos diretamente relacionados à educação de pessoas surdas e aos objetivos propostos, com destaque para os autores Fernandes (2005), Gesser (2009), Karnopp (2008), Monte Mór (2017), Seiffert e Souza (2022), Skliar (2009, 2015, 2016) e Strobel (2008).

Na seleção dos documentos analisados, priorizaram-se categorias fundamentais para a pesquisa em educação de surdos, como acessibilidade na comunicação, bilinguismo, protagonismo surdo e o uso pedagógico de tecnologias. A análise documental pautou-se na relevância dessas temáticas no contexto educacional, com base em marcos normativos e diretrizes institucionais, dentre os quais se destacam: a Declaração de Salamanca (1994), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.

Os surdos, enquanto minoria linguística, têm historicamente lutado pelo reconhecimento de sua cultura, identidade e, sobretudo, de sua língua. Privados da audição, desenvolveram formas próprias de comunicação, entre elas as línguas de sinais. Estudos pioneiros conduzidos por William Stokoe, nos Estados Unidos, em 1960, demonstraram que essas línguas apresentam estruturas gramaticais comparáveis às das línguas orais. Stokoe identificou três parâmetros constitutivos dos sinais na Língua de Sinais Americana (ASL): a configuração das mãos, o ponto de articulação e o movimento, os quais se relacionam, respectivamente, aos níveis fonológico e morfológico (Gesser, 2009).

Pesquisas posteriores identificaram outros dois parâmetros na constituição das línguas de sinais: orientação/direção e expressão facial e corporal.

Tais descobertas reforçaram a semelhança estrutural entre as línguas orais e as de sinais, o que contribuiu para seu reconhecimento científico como línguas legítimas. Ambas são compostas por unidades básicas que se organizam em níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, formando estruturas mais complexas por meio de combinações sistemáticas (Gesser, 2009).

As línguas de sinais não são universais; cada país desenvolve a sua própria. Como surgem de forma espontânea, a partir das necessidades comunicativas de uma comunidade, apresentam variações regionais, assim como ocorre com a língua portuguesa no Brasil, que se diversifica em termos, expressões idiomáticas, gírias e sotaques.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Previa-se que, após dez anos dessa regulamentação, todos os segmentos da sociedade estivessem acessíveis às pessoas surdas por meio da comunicação em Libras; no entanto, observa-se que a atuação de tradutores-intérpretes ocorre, majoritariamente, na área educacional.

Sendo uma língua de natureza visual-espacial, ou seja, “exibe-se em uma modalidade que utiliza o corpo, as mãos, os espaços e a visão para ser produzida e percebida” (Quadros, 2019, p. 25), a Libras era, até recentemente, utilizada predominantemente em interações presenciais. Para realizar uma chamada telefônica, por exemplo, os surdos dependiam da mediação de um ouvinte-intérprete, uma vez que não podiam utilizar sua língua diretamente nesse meio.

O avanço tecnológico e a globalização têm proporcionado novos recursos comunicacionais às comunidades surdas. Atualmente, diversos aplicativos

e plataformas permitem a comunicação em tempo real por meio de chamadas de vídeo, superando barreiras geográficas e ampliando significativamente o acesso à Libras em diferentes contextos sociais.

Sendo o vídeo um recurso visual e, portanto, um artefato cultural dos surdos (Strobel, 2016), ele proporcionou múltiplas possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento, promovendo acessibilidade social e contribuindo para a difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de colaborar na superação de preconceitos e no fortalecimento da aceitação. No entanto, ainda há importantes avanços a serem conquistados para que as pessoas surdas exerçam com autonomia sua plena participação social.

Segundo Skliar (2016), a perspectiva antropológica compreende o surdo a partir de suas diferenças, e não da deficiência. Com frequência, a língua de sinais é abordada apenas como solução para um “problema” comunicacional, negligenciando seu potencial de inserir o sujeito surdo no espaço educacional como agente de uma transformação pedagógica, por meio de um discurso condizente com suas especificidades linguísticas, culturais, sociais e identitárias.

A escola brasileira, tradicionalmente organizada de forma monolíngue e centrada na língua portuguesa, ainda enfrenta desafios para acolher a diversidade dos educandos surdos. No cenário da educação inclusiva, é fundamental que os espaços escolares incorporem a Libras tanto como instrumento de mediação social quanto como língua de instrução no ensino regular.

Nessa perspectiva, a pesquisa e a produção de materiais adaptados para a Libras envolvem toda a equipe escolar na promoção da acessibilidade, assegurando a efetiva inclusão do estudante surdo no processo educacional. Observa-se, contudo,

que a política de inclusão nem sempre se apresenta como a modalidade de ensino mais apropriada para esse público, uma vez que a mera presença de intérpretes em sala de aula não garante uma aprendizagem significativa.

É indispensável um ensino alinhado às particularidades linguísticas dos surdos, com recursos didáticos e instrumentos de avaliação adaptados diretamente em Libras. Nesse contexto, o uso de vídeos na educação assume papel central, pois possibilita tais adaptações por meio de conteúdos visuais gravados e traduzidos na língua de sinais.

Verifica-se, assim, que a aprendizagem de estudantes surdos se concretiza de forma mais eficaz quando são utilizados recursos visuais como figuras, imagens, jogos, desenhos, vídeos e experiências em diferentes ambientes, permitindo-lhes construir sua própria decodificação e compreensão do mundo (Reis; Lopes, 2024).

As escolas bilíngues, que adotam o ensino em Libras aliado à pedagogia surda — ou seja, com professores surdos atuando em sala de aula — tornaram-se uma das principais bandeiras da comunidade surda na atualidade. Nesse cenário, ganharam destaque os cursos de Letras-Libras, majoritariamente ofertados na modalidade a distância, por meio de videoconferências, com o objetivo de formar profissionais qualificados para atender à demanda crescente da educação voltada às especificidades linguísticas dessa população.

O uso de vídeos na comunicação dos surdos

Durante muito tempo, os surdos foram privados do uso de sua própria língua e socialmente isolados, impossibilitados de se comunicar entre si. Profissionais da saúde e a sociedade, de modo geral, acreditavam que, por meio de treinamento e fonoterapia,

esses indivíduos poderiam desenvolver a fala oral e, assim, alcançar aceitação social.

Essa abordagem terapêutica, voltada para a normalização ou “cura”, concentrava-se na deficiência, ignorando as potencialidades dos surdos. No entanto, essa população possui identidade, cultura e língua próprias, baseadas em uma comunicação visual-espacial, também presente em seus processos educacionais. Os surdos não são inferiores nem superiores — apenas diferentes (Skliar, 2009).

Nesse contexto, a falta de acessibilidade linguística comprometia a autonomia das pessoas surdas, tornando-as dependentes de terceiros para se comunicar. A ausência de informações adequadas também contribuía para o desconhecimento de sua singularidade — como a língua, as características e as capacidades desse grupo. Grande parte dessas representações é construída com base nos interesses da maioria dominante, ou seja, os ouvintes.

Como destaca Skliar (2016, p. 127), “A mídia, principal formadora de opiniões em nosso tempo, é também uma das principais responsáveis pela imagem social que temos sobre determinados grupos ou sujeitos”.

Em 1880, durante o Congresso de Milão, o oralismo foi imposto às comunidades surdas, embora, ao longo do tempo, essa abordagem tenha se mostrado ineficaz em diversos países. Com o declínio dessa perspectiva, as línguas de sinais passaram a ser gradualmente reconhecidas e valorizadas como formas legítimas de comunicação (Strobel, 2008).

No Brasil, o reconhecimento da Libras proporcionou avanços significativos em termos de acessibilidade, possibilitando a atuação de intérpretes que mediam a comunicação entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa em diferentes contextos sociais.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema

linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Com a globalização e o avanço das redes sociais, as formas de comunicação foram ampliadas. A tecnologia tem aproximado pessoas de diferentes regiões e permitido que os surdos estejam mais conectados entre si, por meio de aplicativos e, especialmente, do uso de vídeos.

As redes sociais e os registros em vídeo beneficiaram significativamente a comunidade surda. Antigamente, uma pessoa surda precisava de um intermediador para se comunicar por telefone, por exemplo. Muitas vezes, essa comunicação ocorria em português, o que representava um grande obstáculo, já que essa é, para os surdos, uma segunda língua (Brasil, 2005).

Esse mesmo desafio também se aplicava ao uso inicial dos celulares, com as mensagens de texto, pois nem todos dominavam a escrita em português, gerando risco de incompreensões. No entanto, o acesso às redes sociais estimulou muitos surdos a desenvolverem essa segunda língua, ampliando, assim, suas possibilidades de interação.

Atualmente, a comunicação é facilitada por inúmeros aplicativos e plataformas visuais, que, além de promover a interação entre os surdos, também contribuem para a difusão da língua de sinais. Destacam-se: *Hand Talk*, *ProDeaf*, *YouTube*, *Skype*, *WhatsApp*, *Telegram*, *Facebook*, *Messenger*, *Instagram*, *Imo*, *Microsoft Teams*, *Zoom*, *Google Meet*, *Facetime* entre outros.

O *WhatsApp*, por exemplo, permite chamadas de vídeo entre pessoas surdas, viabilizando uma comunicação visual direta. Também é possível contar com intérpretes de Libras a distância em contextos como consultas médicas, atendimentos

em lojas, reuniões e outros ambientes. A plataforma possibilita ainda o envio de fotos, imagens, emojis e mensagens em vídeo. O *Telegram* oferece funcionalidades semelhantes, destacando-se pelo envio de arquivos em vídeo com boa qualidade, com limite de até 1,5 GB (Silva, 2022).

As tecnologias digitais intensificaram as interações sociais ao ampliar as possibilidades comunicativas por meio de recursos como chats, e-mails e fóruns. A internet proporcionou à comunidade surda o acesso a um universo mais amplo, permitindo que muitos criassem seus próprios sites, desenvolvessem redes específicas de conversação e divulgassem serviços voltados a esse público. Como enfatizam Festa, Guarinello e Berberian (2013, p. 8), “o uso da internet por surdos fortalece as conexões entre surdos e surdos, desenvolvendo novas formas de comunicação e contato”.

Assim, plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* têm sido amplamente utilizadas por pessoas surdas para publicar vídeos, realizar transmissões ao vivo e compartilhar informações relevantes à comunidade. Esses espaços digitais também contribuem, de forma significativa, para a expansão do uso da Língua de Sinais, alcançando um público cada vez maior e promovendo a visibilidade e a valorização da cultura surda.

A relevância do uso de vídeos na educação dos surdos

Durante quase toda a Idade Média, acreditava-se que os surdos eram incapazes de aprender. Os gregos defendiam a ideia de que o pensamento só ocorria por meio da fala. Com base nessa concepção, a primeira abordagem educacional direcionada às pessoas surdas foi o oralismo, cujo objetivo era fazê-las desenvolver a fala oral (Reis; Lopes, 2024). Nas últimas décadas, diversos documentos passa-

ram a ser elaborados com o intuito de reparar equívocos históricos e garantir os direitos linguísticos e educacionais dessa população (Reis; Lopes, 2024).

Nesse contexto, o uso de vídeos tornou-se uma ferramenta essencial na educação de surdos, uma vez que são usuários de uma língua visual-espacial, e sua aprendizagem ocorre, predominantemente, por meio de estímulos visuais. Segundo Morán (1995, p. 28), “O vídeo parte do concreto, do visível, do imediato, do próximo, que toca todos os sentidos. Mexe com o corpo, com a pele – nos toca e ‘tocamos’ os outros, que estão ao nosso alcance, através dos recortes visuais, do close, do som estéreo envolvente”.

O vídeo aproxima os conteúdos da realidade dos alunos, despertando expectativa e promovendo engajamento, elementos que podem ser estrategicamente aproveitados pelo professor para favorecer uma aprendizagem mais significativa

O vídeo é sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não-separadas. Daí a sua força. Somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. O vídeo nos seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços (Morán, 1995, p. 28).

Entretanto, a simples inserção de vídeos em textos educacionais não assegura, por si só, uma prática inclusiva ou emancipadora. É fundamental considerar que esses materiais audiovisuais também estão permeados por relações de poder, pelas concepções de surdez que orientam sua produção e pelos níveis de formação dos docentes que os utilizam.

Quando a surdez é entendida apenas como uma deficiência a ser superada, corre-se o risco de utilizar os vídeos como instrumentos de normalização, reforçando abordagens oralistas ou medicalizantes. Em contrapartida, ao reconhecê-la como uma diferença

cultural e linguística, os vídeos passam a ocupar um papel estratégico na valorização da Libras, no fortalecimento da identidade surda e na produção de conhecimento significativo para essa comunidade

Para isso, é indispensável que os professores tenham uma formação crítica, capazes de refletir sobre os sentidos que atribuem à surdez e sobre o papel político e pedagógico dos recursos que utilizam. Como ressalta Strobel (2009, p. 45), “é necessário que os professores se desfaçam de uma visão patologizante da surdez e compreendam o sujeito surdo em sua plenitude, como alguém que se comunica, que aprende e que produz cultura”.

Portanto, mais do que simplesmente inserir vídeos em Libras no contexto escolar, é urgente repensar o projeto político-pedagógico da escola, sua política linguística e os processos de formação docente que sustentam — ou podem transformar — práticas excludentes.

Como pioneiro, o curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciado em 2006, na modalidade a distância, teve todo o material didático-pedagógico produzido em vídeos. As aulas eram transmitidas por videoconferência em Libras, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O objetivo principal era formar professores — especialmente surdos — para atuarem na educação de surdos, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 (Szulczewski, 2018).

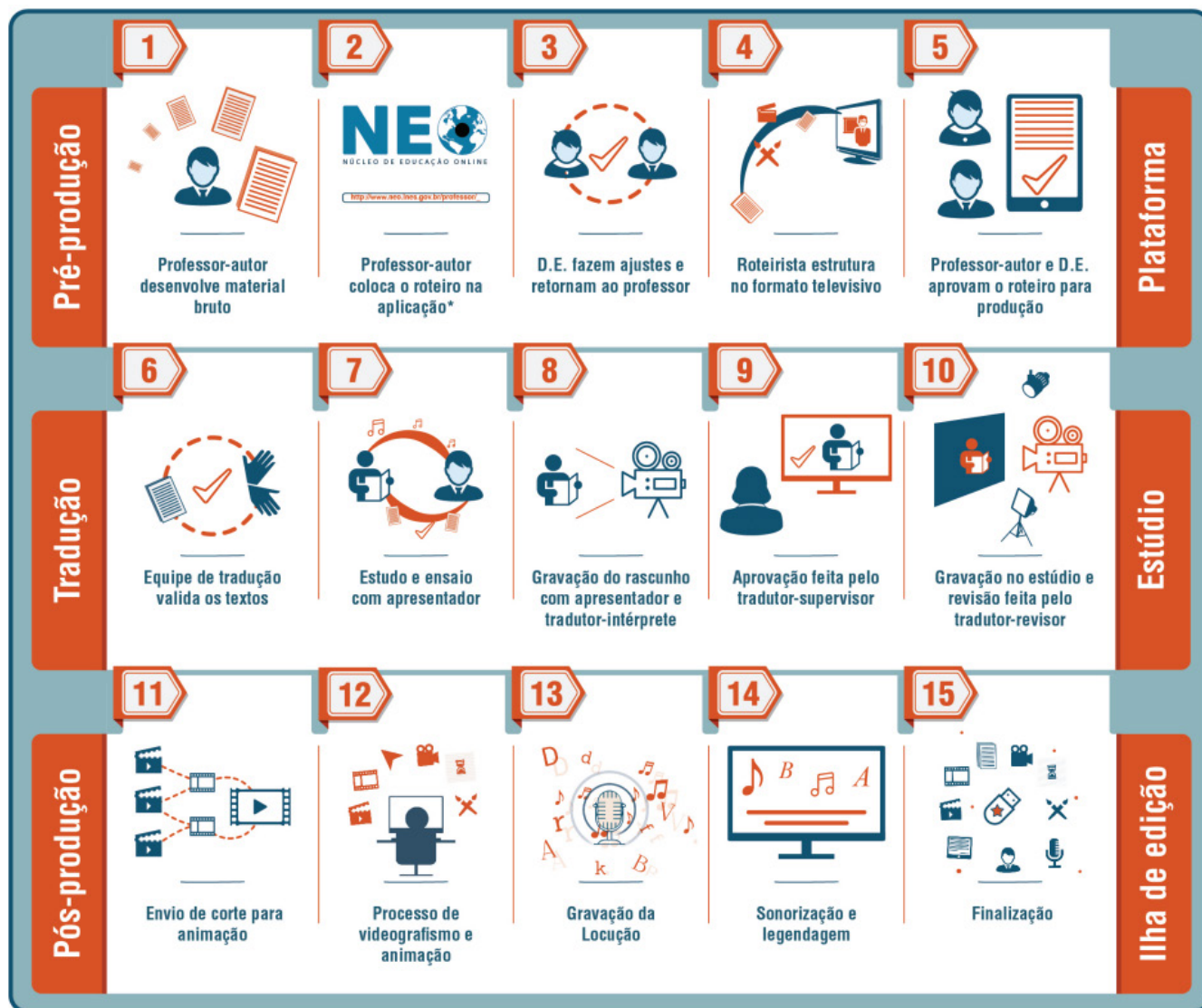
Além das aulas gravadas, os alunos realizavam e publicavam suas atividades em formato de vídeo. A organização das disciplinas e dos conteúdos foi fundamentada em uma pesquisa internacional, a qual destaca: “O uso de vídeo permite o contato real com a língua de sinais, que é viso-gestual e que depende do contato visual para sua emissão e recepção” (Rosa *et al.*, 2012, p. 5 *apud* Szulczewski, 2018, p. 6). A produção de materiais didáticos em Libras parte da compreensão da surdez como diferença e

da valorização da identidade surda, possibilitando a construção de conteúdos genuinamente acessíveis e significativos para esse público.

Outro exemplo relevante é o do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), no Rio de Janeiro, que, por meio do Núcleo de Educação Online

(NEO), tem desenvolvido conteúdos didáticos bilíngues para suprir a escassez de materiais voltados à educação de surdos. Essa iniciativa tem contribuído para ampliar o conhecimento sobre a surdez e a Libras, promovendo abordagens inovadoras de ensino (Galasso *et al.*, 2018).

Figura 1 – Principais etapas do fluxo de trabalho para produção de materiais didáticos bilíngues (libras/língua portuguesa).



Fonte: Galasso et al. (2018).

Na educação de surdos, é muito importante o uso de imagens junto da escrita para facilitar a compreensão.

Devido à característica visuogestual, a Libras pode ser apresentada junto à língua portuguesa, respeitando

a estrutura frasal de cada uma dessas línguas, compondo dois canais informacionais de processamento necessários à educação bilíngue. Da mesma forma, nos materiais didáticos desenvolvidos no NEO, apresentamos simultaneidade entre a apresentação em Libras e os grafismos. Essa simultaneidade possibilita aos estudantes surdos diversos estilos de aprendizagem integrados, ampliando o entendimento acerca do conteúdo trabalhado (Galasso *et al.*, 2018, p. 67).

Embora a presença das tecnologias digitais na escola, muitas vezes, torne o ambiente mais atrativo para os estudantes, Monte Mór (2017) alerta para o risco de que seu uso atenda mais aos interesses do mercado do que aos da educação. A autora propõe reflexões sobre a forma como esses recursos são inseridos no cotidiano escolar e destaca a importância de os professores desenvolverem habilidades para lidar com as tecnologias, especialmente em um contexto em que os alunos estão constantemente expostos às telas (Monte Mór, 2017).

A discussão sobre a inserção das tecnologias no ambiente educacional ainda provoca intensos debates. Mesmo em instituições que dispõem de computadores, a subutilização desses equipamentos é recorrente — muitas vezes devido ao despreparo docente ou à falta de softwares adaptados às necessidades dos estudantes surdos. Tais recursos, quando bem planejados, poderiam ser aproveitados em atividades visuais e interativas, favorecendo o processo de aprendizagem (Fernandes, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), assegura condições de igualdade e garante os direitos das pessoas com deficiência ao pleno exercício da cidadania e à inclusão social.

Também chamada de Lei de Acessibilidade, trata da eliminação de barreiras físicas, urbanísticas,

arquitetônicas, nos transportes e na comunicação. Além disso, estabelece medidas a serem adotadas em concursos públicos e processos seletivos, como a obrigatoriedade de disponibilização de provas gravadas em Libras para candidatos surdos. O Art. 3º, inciso V, prevê:

Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (Brasil, 2015).

Desde 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) passou a viabilizar videoprovas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para candidatos surdos. Essas provas são gravadas em Libras e realizadas em notebooks ou computadores, garantindo maior acessibilidade durante a avaliação. Além disso, todo o edital é disponibilizado em formato de vídeo, com tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2022).

Figura 2 – Videoprovas de Ciências da Natureza do Enem com tradução em libras.



Fonte: http://enemvideolibras.inep.gov.br/2019/videoprova.html?prova=p3#questao_99.

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran) também passou a oferecer videoprovas em Libras na avaliação teórica destinada a candidatos surdos que desejam obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Além disso, canais na plataforma *YouTube*, como o “Trânsito em Libras”, disponibilizam aulas sobre a legislação de trânsito com acessibilidade, incluindo lives e simulados com conteúdos exigidos na prova teórica.

No estado de Goiás, por meio de convênio com a Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás (Adfego), o Detran disponibiliza acompanhamento integral aos candidatos surdos — presencialmente ou on-line, via chamada de vídeo — para diversos serviços, como abertura de processo, emissão e renovação da CNH (Goiás, 2023).

Figura 3 – Prova teórica do Detran em libras.



Fonte: <https://www.portaldotransito.com.br/wp-content/uploads/2022/11/simulado.jpg>.

Karnopp (2008) destaca que, após o reconhecimento da Libras e com o avanço das tecnologias, tornou-se possível registrar a literatura surda em suportes como VHS, CD e DVD. Um exemplo marcante é o trabalho da Editora Arara Azul, que disponibiliza a coleção “Clássicos da Literatura em CD-R em Libras/Português”, além de outros materiais digitais bilíngues vol-

tados a crianças e jovens. A tradução da língua portuguesa para Libras é realizada por uma equipe especializada, garantindo acessibilidade e fidelidade ao conteúdo original.

Entre as obras adaptadas, destacam-se: *Alice no País das Maravilhas* (Lewis Carroll), *As Aventuras de Pinóquio* (Carlo Collodi), *A História de Aladim* e *a Lâmpada Maravilhosa* (autor desconhecido), *Iracema* (José de Alencar), *O Velho da Horta* (Gil Vicente), e diversos contos de Machado de Assis — como *O Alienista*, *O Caso da Vara*, *A Missa do Galo*, *A Cartomante* e *O Relógio de Ouro* — além de *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Esse conjunto compõe um acervo fundamental para a valorização e o fortalecimento da literatura surda.

A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de determinada comunidade linguística, é constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais (Karnopp, 2008, p. 14).

Outro exemplo relevante é o projeto TPS (Tradução com Protagonismo Surdo), anteriormente chamado DOT (Deaf Owned Translation), que tem como objetivo traduzir a Bíblia para Libras por meio de vídeos acessíveis e gratuitos. A equipe é composta por surdos, intérpretes, linguistas e teólogos, e os conteúdos estão disponíveis tanto no *YouTube* quanto em aplicativo próprio. Atualmente, a iniciativa é desenvolvida como projeto de extensão universitária pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) (Seifert; Souza, 2022)

Figura 4 – Aplicativo TPS.



Fonte: <https://www.facebook.com/DotLibras/>.

Quadro 01 - Exemplos de uso de vídeos na educação de surdos: instituições, práticas e impactos observados

Instituição/Projeto	Experiência/Prática Pedagógica	Descrição da Prática	Impactos Observados
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Curso: Letras-Libras (2006)	Curso a distância com material didático 100% em vídeo e em Libras. Aulas síncronas (videoconferência) e atividades postadas em vídeos pelos alunos.	Formação de professores surdos e ouvintes para atuação na educação bilíngue. Valorização da Libras como língua de instrução e ampliação de acesso ao ensino superior por surdos.
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)	Produção de materiais didáticos bilíngues em vídeos.	Através do Núcleo de Educação Online (NEO), o INES produz conteúdos bilíngues em vídeo voltados para a educação de surdos.	Ampliação da oferta de materiais acessíveis. Inovação pedagógica bilíngue. Valorização do modelo visual e fortalecimento da cultura surda.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)	Videoprovas no Enem (a partir de 2017)	Provas em Libras em vídeos. Aplicação por meio de computadores, com edital de instruções também traduzidas em Libras.	Inclusão de candidatos surdos no principal exame de acesso ao ensino superior. Garantia de direitos linguísticos e acessibilidade na comunicação.
Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO)	Videoprovas para CNH e canal 'Trânsito em Libras'	Provas teóricas em vídeo para surdos. Canal do You Tube com aulas em Libras sobre legislação. Atendimento remoto com intérpretes.	Inclusão em processos de habilitação. Acesso autônomo à informação. Democratização da cidadania.
Editora Arara Azul	Produção de literatura surda em vídeo	Tradução em Libras de clássicos da literatura brasileira e universal em formato bilíngues (CD-R, DVD).	Fortalecimento da literatura surda. Acesso de crianças e jovens surdos a obras literárias em sua língua natural.
Projeto TPS (Tradução com Protagonismo Surdo)	Tradução da Bíblia em Libras	Tradução de textos bíblicos em vídeos/ Libras, realizada por surdos com o apoio de intérpretes, linguistas e teólogos. Distribuição gratuita pelo You Tube e aplicativo.	Protagonismo surdo no processo de tradução. Valorização da Libras como língua de fé. Acesso à espiritualidade em língua materna.

Fonte: organizado pela autora.

O uso de vídeos na comunicação e na educação de pessoas surdas tem se mostrado essencial para garantir acessibilidade e ampliar o acesso ao conhe-

cimento. No entanto, muitas instituições de ensino ainda não realizam as adaptações necessárias, ignoram a especificidade linguística desse público e

mantêm um currículo pouco inclusivo, limitando-se à figura do intérprete em sala de aula.

Como apontam Lodi, Mélo e Fernandes (2015, p. 323), “só a presença do intérprete na sala de aula não garante uma participação efetiva dos alunos surdos”, uma vez que o contato com os conteúdos ocorre exclusivamente por meio da tradução simultânea, sem apoio de materiais acessíveis ou avaliações adaptadas.

A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a LDB, garante a oferta de educação bilíngue aos estudantes surdos desde a Educação Infantil e ao longo de todo o processo de escolarização (Brasil, 2021). Essa modalidade assegura o ensino em Libras, acompanhado das adaptações visuais necessárias ao desenvolvimento educacional.

No entanto, o número de escolas bilíngues ainda é reduzido no Brasil, e a implementação desse modelo ocorre de forma lenta e desigual. A ausência de políticas públicas mais eficazes, bem como a falta de estrutura e formação adequada, dificultam a consolidação dessa abordagem educacional.

Nesse contexto, a inserção de tecnologias digitais no ambiente escolar pode representar um avanço importante, desde que os recursos estejam adaptados à realidade dos alunos surdos. Além disso, é fundamental que os docentes estejam preparados para produzir e aplicar materiais visuais e vídeos que tornem o processo de aprendizagem mais acessível, dinâmico e significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das pessoas surdas no Brasil e no mundo é marcada por lutas e conquistas de um grupo historicamente marginalizado, que, por meio do reconhecimento de sua língua, passou a expressar seus anseios e sentimentos, promovendo a ruptura de paradigmas em uma sociedade excludente e preconceituosa.

Atualmente, muitos surdos vivem essa liberdade de expressão por meio da conquista de formação acadêmica e qualificação profissional, afirmando sua capacidade de fazer parte de qualquer espaço social — com exceção da escuta. De acordo com Monteiro (2022), até o ano de 2021, havia no Brasil 288 surdos com título de mestre e 61 doutores, números que já apresentaram crescimento nos últimos anos.

No entanto, ainda persistem relatos de pessoas surdas “escondidas”, isoladas do convívio social e desacreditadas por seus próprios familiares. O ouvintismo e suas representações sobre a surdez permanecem atuantes, sustentando discursos hegemônicos que se manifestam, até hoje, em diferentes contextos ao redor do mundo.

A simplificação dos currículos ocorre, em grande parte, devido às barreiras comunicacionais impostas pela ideologia oralista, que apostava na possibilidade de que pessoas surdas aprendessem a “falar”. Tal crença alimentava as expectativas de famílias que sonhavam com filhos dentro de um padrão idealizado de “normalidade”.

Como consequência, muitos estudantes surdos concluem a educação básica com lacunas significativas de aprendizagem, o que compromete sua inserção no mercado de trabalho e o pleno exercício de sua cidadania. Nesse sentido, Skliar (2016, p. 142) destaca: “É importante que os sujeitos surdos ampliem a compreensão de si mesmos e do mundo onde interagem, e, a partir destas ações, transformar o próprio presente”.

O avanço das tecnologias e o uso de vídeos têm ampliado significativamente as possibilidades de aprendizagem das pessoas surdas em sua própria língua, garantindo acesso a uma variedade de informações que circulam na sociedade. Esses recursos favorecem a acessibilidade e contribuem para a efetiva integração social.

A inserção de vídeos em Libras como ferramenta pedagógica fortalece o acesso dos estu-

dantes surdos aos conteúdos escolares, promovendo uma aprendizagem significativa. Com isso, esses alunos são mais bem preparados para exercer seu papel na sociedade e ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada.

No entanto, não basta apenas acolher estudantes surdos na rede regular de ensino com

o apoio de tradutores-intérpretes. É necessário que a escola transforme suas práticas, adotando métodos visuais e recursos verdadeiramente acessíveis ao conhecimento, de modo a favorecer o desenvolvimento pleno das potencialidades desse público e assegurar sua inclusão na educação e na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edição 2021 marca 5 anos de videoprova em Libras no Enem. **Gov.br**, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/edicao-2021-marca-5-anos-da-videoprova-em-libras-no-enem>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 21 jun. de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BIBLIA TPS. Tradução com Protagonismo Surdo. Disponível em: <https://www.YouTube.com/c/bibliadot>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FERNANDES, Eulália (org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

FESTA, Priscila S. V.; GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula. *YouTube e surdez: análise de discursos de surdos no ambiente virtual*. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-14, abr. 2013.

GALASSO, Bruno José Betti; LOPEZ, Monica Raquel de Souza; SEVERINO, Rafael da Mata; LIMA, Roberto Gomes de; TEIXEIRA, Dirceu Esdras. Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p. 59-72, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100006>. Acesso em: 3 jan. 2025.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOIÁS. Departamento Estadual de Trânsito de Goiás. Detran-GO disponibiliza atendimento virtual em libras para surdos. **Detran-GO**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/detran/2475/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda**. Florianópolis: CCE/UFSC, 2008. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulália. **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MONTE MÓR, Walkyria. Sociedade da escrita e sociedade Digital: línguas e linguagem em revisão. In: TAKAKI, Nara; MONTE MÓR, Walkyria (org.). **Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens**. Campinas: Pontes, 2017. p. 267-286. Disponível em: https://www.ufpb.br/efopli/contents/documentos/material/sociedade-da-escrita-e-sociedade-digital_montemor_2018.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **Continuidade dos Estudos Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil**. Petrópolis: Arara Azul, 2022. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/wp-content/uploads/2023/08/levantamento-PosGraduacao-surdos-Myrna-Salerno-Monteiro.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

MORÁN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 27-35, jan./abr. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p27-35>. Acesso em: 7 jan. 2025.

QUADROS, Ronice. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019. (Linguística para o Ensino Superior, n. 5).

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; LOPES, Bruno Rege (org.). **Surdez**: possibilidades e desafios da educação especial, inclusiva e bilingue para estudantes surdos. Anápolis: Editora da UEG, 2024.

SEIFFERT, Hosana; SOUZA, Saulo Xavier de. **Sinais de Boas Notícias**: Tradução da Bíblia própria dos surdos. Goiânia: Kelps, 2022.

SILVA, Douglas da. *Telegram ou WhatsApp: qual é a melhor ferramenta para atendimento ao cliente?* **Blog da Zendesk**, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**: Processos e Projetos Pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. v. 1.

SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**: Interfaces entre pedagogia e linguística. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. v. 2.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

STROBEL, Karin Lilian. **História da Educação dos Surdos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/cixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

SZULCZEWSKI, Deise Maria. **Produção e tradução de materiais didáticos para o ensino de surdos**: LIBRAS. Porto Alegre: Sagah, 2018.